

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE, UNICENTRO

SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, SESA

MBA ESTRATÉGIAS COOPERATIVAS

Ênfase em Negócios e Finanças

CRISTIANE SANTOS DOS ANJOS SOUZA

**APRIMORAR A GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS DA ASCOOB
COCREAL**

São José da Tapera-Alagoas

2020

CRISTIANE SANTOS DOS ANJOS SOUZA

**APRIMORAR A GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS DA ASCOOB
COCREAL**

Plano de negócios apresentado ao curso de MBA Estratégias Cooperativas–Ênfase em Negócios e Finanças da Universidade Estadual do Centro Oeste, UNICENTRO, como requisito para conclusão do curso. Prof(a) Orientador(a). Jorge da Silva Krening, Mestre em controladoria.

São José da Tapera-Alagoas

2020

CARTA DE ABERTURA

O presente plano de negócios é destinado para a banca avaliadora do TCC e a Cooperativa de Crédito Rural do Sertão Alagoano ASCOOB COCREAL, tendo como objetivo principal aprimorar a gestão de riscos e controles internos, visando mitigar os riscos de crédito, liquidez, operacional, mercado e imagem, como também a organização dos controles internos dentro da cooperativa.

A gestão de riscos e controles internos é de suma importância para crescimento de uma instituição, com isso é fundamental realizar o processo seguindo uma hierarquia, ou seja, realizar uma pesquisa dos fatores de risco mais frágeis que nos deparamos dentro da cooperativa, com o intuito de criar mecanismos para torná-los mais seguros e eficazes, visando a melhoria nos processos operacionais. Porém para que isso se realize precisamos capacitar os colaboradores, através de cursos e oficinas voltadas para a temática, para que os mesmos possam estar cientes dos riscos que estamos expostos diariamente.

Vale ressaltar, que é de suma importância a implantação de um departamento voltado para análise, acompanhamento e tratamento dos apontamentos feitos pelas auditorias sobre os riscos e controles internos da cooperativa. Sendo assim, podemos concluir que a gestão de risco e os controles internos devem ser feitos em conjunto, pois se cada um fizer o que é de sua competência, teremos menos problemas operacionais, e conseqüentemente mais êxito na gestão e crescimento da cooperativa.

FOLHA DE ROSTO

NOME DA COOPERATIVA: Cooperativa de Credito Rural do Sertão Alagoano

ASCOOB COCREAL

ENDEREÇO: Rua Aldemar de Mendonça, 235, Centro, Pão de Açúcar-Alagoas.

TELEFONE: (82) 3624-1471

PROJETOS E/OU PRODUTOS E/OU SERVIÇOS E/OU OUTROS: Aprimorar a gestão de riscos e controles internos

RAMO DE ATIVIDADE: Cooperativa de Crédito

PESSOA RESPONSÁVEL: Washington Luiz Lira Rodrigues

LOCAL E DATA: São José da Tapera-Alagoas, 20 de julho de 2020

SUMÁRIO

1 RESUMO EXECUTIVO	6
2 A COOPERATIVA/CENTRAL/CONFEDERAÇÃO OU OUTRA E O SEU PRODUTO/SERVIÇO OU MELHORIA DE PROCESSO DE GESTÃO	8
3 O PROJETO	11
3.1 Características Gerais.....	11
3.2 A Análise de Mercado	12
3.3 Tamanho e Localização	16
3.4 Aspectos Tributários do Projeto	16
4 ORÇAMENTO E ESTRUTURA DE CAPITAL	18
5 PLANO ECONÔMICO-FINANCEIRO	21
5.1 Demonstração de Resultados	22
5.2 Análise de Viabilidade Econômica	22
6 OBSERVAÇÕES FINAIS	26
7 DOCUMENTOS COMPLEMENTARES	27
8 REFERÊNCIAS.....	33

1 RESUMO EXECUTIVO

Antes do século XIX, todas as iniciativas de cooperação tinham como característica uma associação informal e assistemática como formas de ajuda mútua entre as populações rurais de vários países. A cooperação entre os seres humanos não é novidade, ela existe desde a pré-história e pode ser verificada entre tribos indígenas e antigas civilizações (SOUZA 2008).

Sendo assim, apresenta-se a história das cooperativas de crédito no Brasil e no mundo, organizações voltadas para a satisfação das necessidades de crédito, a baixo custo, de seus associados com o objetivo de inseri-los no processo de desenvolvimento da comunidade em que vivem buscando com isso um ganho social.

Ainda segundo Souza (2008), a temática tem origem no século XIX, quando impulsionados pela necessidade de se defenderem do capitalismo crescente, os trabalhadores criaram organizações de natureza cooperativa. O capitalismo empreendedor existia mediante o pagamento de salários, com a contratação de empregados que trabalhavam em empresas onde existiam máquinas industriais, afastando os artesões da capacidade de competir.

Sendo assim, é possível dizer que os usuários encontram nas cooperativas os principais serviços fornecidos pelos bancos: abertura de conta corrente, cartão de crédito, empréstimos, financiamentos e aplicações financeiras. Vale ressaltar, que em uma cooperativa de crédito a partir do momento que se torna sócio, o associado torna-se também dono da cooperativa, tendo direito a voto na tomada de decisões.

Dessa forma as cooperativas de crédito, tem um papel fundamental para comunidade a qual está inserida, pois contribui de forma significativa com o desenvolvimento local, como também, proporcionam melhores condições de vida aos seus associados. Com isso, há necessidade da criação do departamento de gestão de risco e controle interno, para mitigação dos riscos que ficaremos expostos, tendo o objetivo de desenvolver estratégias voltadas para o aprimoramento da gestão de risco e controles internos já existentes na instituição, por meio da contratação de um colaborador que será responsável pela gestão de risco na cooperativa, como também programas de treinamentos, por meio de cursos: gestão de riscos e gestão de risco operacional, na modalidade a distância, disponíveis na plataforma Cresol EAD, e palestras de conscientização que será ministrada por um profissional com formação

na área de gestão de risco para todos os colaboradores, totalizando 9 pessoas que participaram no período de 3 meses, com uma palestra por semana, tendo duração de uma hora cada, com uma carga horária final de 12 horas.

2 A COOPERATIVA/CENTRAL/CONFEDERAÇÃO OU OUTRA E O SEU PRODUTO/SERVIÇO OU MELHORIA DE PROCESSO DE GESTÃO

Segundo informações do SISTEMA ASCOOB (2020), a Cooperativa de Crédito Rural do Sertão Alagoano COCREAL, surgiu através da parceria com diversas Organizações Não Governamentais, dentre elas: Núcleo de Desenvolvimento Comunitário (NUDEC), que já desenvolvia ações sociais desde o ano de 1994 no município de Pão de Açúcar, Alagoas, juntamente com a Visão Mundial, Associações comunitárias entre outras instituições sem fins lucrativos. Com isso, foi criado um fundo rotativo denominado Boi na corda, com o objetivo principal de apoiar os agricultores familiares e micro empreendedores.

Sendo assim, diante da expansão desse projeto e da credibilidade dos agricultores, em outubro de 1998 foi criado o Fundo para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar (FUNDAAF), que desde então passou a emprestar invés de animais, recursos financeiros com taxas atrativas e que cabiam no bolso de todos. No decorrer dos anos, os agricultores perceberam a necessidade de administrar melhor os seus recursos financeiros, então tiveram a ideia de fundar uma cooperativa de crédito (SISTEMA ASCOOB, 2020).

A partir dessa necessidade, no dia 02 de fevereiro de 2004, foi realizada assembleia geral, fundou-se a COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DO SERTÃO ALAGOANO-COCREAL com aprovação unanime, sendo regida por Estatuto Social, pela Lei Complementar 130/2009, pelas Leis Ordinárias 4595/1964 e 5764/1971, pelos normativos do Banco Central do Brasil. Tendo como área de abrangência 11 municípios, dentre eles: Pão de Açúcar (Sede), Belo Monte, Palestina, Jacaré dos Homens, Batalha, Jaramataia, São José da Tapera, Olho d'água das Flores, Senador Rui Palmeira, Santana do Ipanema, Monteirópolis, todos no Estado de Alagoas (ESTATUTO SOCIAL, 2019).

Sendo assim, em dezembro de 2014 a COCREAL, que até então era considerada uma cooperativa solteira, filia-se a uma central designada Cooperativa Central de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária (ASCOOB CENTRAL), passando a utilizar o nome ASCOOB COCREAL, essa mudança contribuiu consideravelmente para o crescimento da singular (SISTEMA ASCOOB, 2020).

A Cooperativa de Crédito Rural do Sertão Alagoano ASCOOB COCREAL está constituída legalmente como cooperativa de crédito, visando aprimorar a gestão de riscos e controles internos, dispõe de alvará de funcionamento do Banco Central do Brasil, como também o alvará municipal e estadual, está localizada na rua Aldemar de Mendonça, 235, centro, Pão de Açúcar, estado de Alagoas.

A cooperativa está organizada em assembleia geral, conselho fiscal, conselho de administração e funcionários, tem como diretor presidente Washington Luiz Lira Rodrigues, formação ensino médio completo, curso profissionalizantes para conselheiro de administração, prevenção ao crime e lavagem de dinheiro, ética e conduta, gestão de risco; diretora administrativa Quitéria Gonçalves Silva, formação ensino superior em Pedagogia, curso para conselheiro de administração, prevenção ao crime e lavagem de dinheiro, ética e conduta, gestão de risco, formação de multiplicadores de educação financeira; e Elson Moraes de Souza, diretor operacional, formação ensino superior em Administração, curso prevenção ao crime e lavagem de dinheiro, gestão de risco e formação de multiplicadores de educação financeira.

Visando execução do projeto, será necessário estabelecer parcerias com o conselho de administração e conselho fiscal da singular, para disponibilizar os recursos necessários, seja financeiros, materiais e humanos. Atualmente a ASCOOB COCREAL tem quase três mil sócios, uma carteira de crédito de quase R\$ 3.000.000,00 de reais. Dispõe de uma diversidade de produtos e serviços para atender as necessidades dos associados, por exemplo, o Microcrédito Orientado, Crédito Pessoal, financiamento de veículos, capitalização programada, Capital de Giro para comércio, Crédito emergencial, Cartão de Crédito entres outros. O público alvo é composto por agricultores familiares, que buscam taxas diferenciadas e melhor atendimento, tendo em vista que os bancos convencionais não oferecem.

A projeção é que até 2021 a cooperativa esteja com as duas agências estruturadas, visando o aumento de sócios e crescimentos de carteira de crédito e depósitos à vista e a prazo. Com isso, surgirá a necessidades da criação do departamento de gestão de risco e controle interno, para mitigação dos riscos que ficaremos expostos. Sendo assim, o objetivo é desenvolver estratégias voltadas para o aprimoramento da gestão de risco e controles internos já existentes na instituição, como também programas de treinamentos para os colaboradores das duas agências. O primeiro passo para atingir o objetivo, é realizar palestras de conscientização sobre

o tema, tratando sobre a importância da mitigação dos riscos e controles internos para instituição, como também, orientação de procedimentos operacionais, com o intuito de minimizar riscos de imagem, operacional, de mercado entre outros.

3 O PROJETO

3.1 Características Gerais

O aprimoramento da gestão de risco e controle interno da cooperativa é um fator muito importante para mitigação de risco, pois quando se faz os controles necessários, os riscos aos quais estamos inerentes diminuem consideravelmente, não significa que irá acabar, mas sim que estaremos preparados para trata-lo caso venha a surgir. Realizei um estudo de caso na cooperativa, no qual pude identificar que a mesma não dispõe de funcionário com formação na área de risco e controle, como também não existe um departamento específico para esse fim, existindo nesse sentido uma fraqueza a ser melhorada, em contrapartida existe uma funcionária responsável por realizar os procedimentos necessários para diminuir os riscos existentes, com isso, identifiquei uma oportunidade para realizar melhorias.

Sendo assim, pude perceber que existe uma preocupação em mitigar risco e realizar os controles internos, por parte dos colaboradores que estão na ponta realizando o trabalho operacional, no qual podemos considerar um força que precisa ser aprimorada. Podemos considerar ameaças o próprio risco que corremos ao emprestar dinheiro aos associados, caso não ocorra a devolução dentro do prazo estabelecido, ocasionando assim, perdas financeiras.

O aprimoramento de gestão de risco e controle internos na Cooperativa de Crédito Rural do Sertão Alagoano ASCOOB COCREAL, tem por finalidade melhorias nos processos operacionais, visando reduzir riscos internos e externos, seja eles, de crédito, liquidez, operacional, mercado ou legal, com isso surgiu a necessidade de desenvolver esse plano de negócios. O projeto será desenvolvido internamente com os colaboradores e dirigentes da instituição, com o objetivo de aprofundar o conhecimento na área de risco. Sendo assim terá a necessidade da implantação do departamento de risco, no qual será necessário um investimento para custear as despesas, tornando o mesmo possível.

Com isso realizei uma pesquisa sobre a provisão de crédito e prejuízo da cooperativa com data base 31/12/2019, onde concluir que a provisão era de R\$ 167.312,00 e o prejuízo R\$ 209.598,02, comparado ao mês 05/2020, R\$ 167.434,70 e 235.745,93 respectivamente, pode-se concluir que houve um aumento considerável

na provisão e redução no prejuízo, o aumento da provisão se deu por o aumento na carteira de crédito, que em 12/2019 era R\$ 2.559.254,06 e em 05/2020 soma R\$2.977.785,15, um aumento de 16,35%.(Balanço patrimonial da ASCOOB COCREAL). Sendo assim, as ferramentas utilizadas para mitigar os riscos, estão dando resultados satisfatórios, porem precisa ser aprimoradas para reduzir ainda mais os índices de provisão e prejuízo.

3.2 A Análise de Mercado

3.2.1 Localização da Cidade

Distante 227 km de Maceió, o município de Pão de Açúcar possui uma população de 36 mil de habitantes e é divisa com o Estado de Sergipe e a Beira do Rio São Francisco. Uma cidade com Potencial para a Agricultura familiar, Pecuária, Piscicultura, Apicultura, Turismo. Outra fonte de renda está relacionada ao funcionalismo público.

Pão de Açúcar surgiu de um determinismo geográfico, o rio São Francisco, data o seu povoamento de 1611, com gente branca e índios da Serra do Aracaré, Estado de Sergipe. Parte do seu território pertencia à Casa da Torre, Bahia.

No início do século XVII, os índios Urumaris obtiveram de D. João IV terras à margem do rio São Francisco. Do Morro do Cavalete pelo lado do poente, até o Morro do Aranha pelo nascente, com quatro léguas de fundo até a Serra do Xitroá, que denominaram de Jaciobá, em guarani significa "Espelho da Lua". Segundo a história, as noites de luar que refletem no São Francisco um gigantesco fio de cristal, talvez lhes tivessem despertado a sensibilidade poética.

A doação de D. João IV suscitou a cobiça dos índios Xocós, residentes da pequena Ilha de São Pedro. Após luta sangrenta vencida pelos invasores, os índios Urumaris mudaram para um lugar fronteiro, no estado de Sergipe, ao qual deram o nome de Jaciobá, o mesmo da antiga pátria conservado até hoje.

Em 1634, Cristovam da Rocha, proprietário da Ilha Grande (Penedo) estava apossado das terras onde hoje é a cidade de Pão de Açúcar. No dia 07 de novembro de 1660, uma carta de Sesmaria, transferiu as terras para o domínio do português Lourenço José de Brito Correia que criou uma fazenda de gado entre

os morros Cavalete e Farias, com o nome de Pão de Açúcar, com o objetivo de explorar a pecuária e o comércio, pelo porto de Penedo.

O fato de achar a casa grande muito próxima ao Cavalete, cujo aspecto e configuração se assemelham a uma forma das que era usada ordinariamente para purgar e clarificar o açúcar, a cidade recebeu o nome de Pão de Açúcar.

A Freguesia foi criada no dia 11 de junho de 1853, pela lei 227, sob a invocação do Sagrado Coração de Jesus. Tornou-se vila em 03 de março de 1854, pela lei 233, desmembrada da vila de Mata Grande. Em 1887 foi desmembrado do seu território, para constituição do Município de Piranhas. Foi elevada à categoria de cidade em 18 de junho de 1877.

Fato marcante na história da vila Pão de Açúcar é o pernoite, nos dias 17 e 22 de outubro de 1859, do Imperador D. Pedro II, quando de sua viagem à Cachoeira de Paulo Afonso. O Anuário do Museu Imperial de 1949, em sua página 142, publica o diário particular de Sua Majestade, onde faz elogios referência à vila usando textualmente a expressão: A vista de Pão de Açúcar é bonita.

Do acervo arquitetônico da cidade se destacam as Igrejas do Bonfim; de Jesus - Maria e José, Sagrado Coração de Jesus, Nossa Senhora da Luz, todas tombadas pelo Patrimônio Histórico Municipal, como também o sobrado que o Imperador, D. Pedro II, pernoitou quando visitou a cidade em 1859, que está sendo restaurado para ser transformado em museu.

Uma estátua do Cristo Redentor foi erguida em cima do morro na década de 50, o que desperta ainda mais a sensibilidade poética dos seus filhos ilustres. Do alto, pode-se ver toda a cidade, o Rio São Francisco com suas praias e a comunidade de Niterói, do outro lado da margem, em Sergipe.

A descoberta de sítios arqueológicos localizados na Serra dos Meirús, na Pedra do Navio, Pedra do Alemar onde foram encontradas inscrições, fósseis de animais e objetos pré-históricos, têm atraído a atenção de visitantes e estudiosos.

Outro atrativo do município é o povoado Ilha do Ferro, que destaca pelo artesanato confeccionado em madeira, coco, couro, bordados, palha e renda de bilro.

3.2.2 Os Riscos

O risco é o efeito da incerteza sobre objetivos estabelecidos. É a possibilidade de ocorrência de eventos que afetem a realização ou alcance dos objetivos, combinada com o impacto dessa ocorrência sobre os resultados pretendidos. Os riscos existem independentemente da atenção que damos a eles. Seja na nossa vida cotidiana, seja no mundo corporativo, estamos imersos em ambiente repleto de riscos, oportunidades e ameaças que, se não gerenciados, podem comprometer o alcance de objetivos almejados.

Com isso, considerando que não existe risco zero, é bom lembrar que restam, ao final da adoção das medidas mitigadoras, risco residual que precisam ser monitorados e mantidos dentro de limites compatíveis com os critérios de risco estabelecidos, nesse sentido é de suma importância o acompanhamento e a realização dos controles internos como ferramenta de mitigação de risco.

3.2.3 Tomada de Decisão

A cada tomada de decisão, a cada movimento que executamos, ou deixamos de executar, alteramos a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e, por conseguinte, ampliamos ou reduzimos o nível de riscos a que estamos expostos. Ao analisarmos o ambiente em que estamos inseridos, e tendo em vista os objetivos estabelecidos, podemos decidir acerca de quais medidas ou controles internos podem ser adotados para tratar os potenciais riscos e mantê-los em níveis compatíveis com nosso apetite (aceitação) e tolerância (resiliência).

3.2.4 Qual seria o impacto financeiro caso esse departamento fosse implantado?

Segundo dados do Ministério da Fazenda (2015), o sistema cooperativo de crédito (SCC) possui uma posição minoritária dentro do Sistema Financeiro Nacional (SFN). Por exemplo, em dezembro de 2014, ele respondia por apenas 2,9% do total de crédito do SFN. Dois fatos podem ser mencionados para indicar a importância do cooperativismo: a criação, em 2005, no Banco Central do Brasil (BCB), do Departamento de Supervisão de Cooperativas e de Instituições Não Bancárias

(Desuc), e a escolha do ano de 2012 pela Organização das Nações Unidas (ONU) para ser o Ano Internacional das Cooperativas.

Realizei uma pesquisa junto ao departamento de risco da ASCOOB CENTRAL, o qual faz o acompanhamento da gestão de risco da ASCOOB COCREAL, onde foi enfatizado que a cooperativa apresenta um adequado gerenciamento do risco que está diretamente relacionado ao conhecimento dos processos internos existente. Destaca-se que, o baixo registro de Perdas operacionais é um exemplo do cuidado que garante resultados positivo, conforme Políticas, Normas e manuais institucionais.

Outro fator identificado, é que não existe colaboradores suficientes para desenvolver as atividades necessárias para mitigação dos risco Operacional, crédito, Mercado, liquidez e gerenciamento de capital. Ressalta-se, que há dentro de Risco a Prevenção de Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo e Prevenção a fraude, diante disso seria necessário dentro da capacidade da Cooperativa mais dois colaboradores para auxiliar no processo.

ANÁLISE SWOT	
Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none">• Baixo registro de perdas;• Gerenciamento de risco;	<ul style="list-style-type: none">• Funcionários insuficientes para mitigação de riscos;• Liquidez.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none">• Implantação do departamento de gestão de risco e controle interno;	<ul style="list-style-type: none">• Apontamento feito pelas auditorias;

Com isso, a execução do plano trará muitos benefícios, como por exemplo, melhoria para prevenção a Perdas e a gestão de incidentes, aumento da probabilidade de atingir os objetivos traçados no planejamento estratégico, atender as normas do Banco Central do Brasil e seus enquadramentos, como também melhorias no reporte de informações financeiras entre outros. Sendo assim, após análise, constatou-se que o plano de negócio é viável, pois existe vários processos que precisam ser melhorados, contribuindo assim, para redução da probabilidade de erros e perdas no desenvolvimento de atividades, visando o crescimento da cooperativa.

3.3 Tamanho e Localização

Antes de qualquer decisão referente à estrutura da ASCOOB COCREAL, o empreendedor precisa consultar todas as normas da Cooperativa, para evitar gastos desnecessários ou instalações que não estejam em conformidade com as regras. O imóvel está localizado na Rua Aldemar de Mendonça, 235, no centro da cidade de Pão de Açúcar, estado de Alagoas, com área total de 168,01, (cento e sessenta e oito metros e um centímetro quadrado).

A escolha da região se deu pela necessidade de aprimoramento da gestão de risco e controles internos da ASCOOB COCREAL, tendo em vista que a mesma tem uma área de abrangência a ser explorada, visando crescimento e rentabilidade, com isso, conseqüentemente surge também o aumento dos riscos.

Embora esteja localizada em uma região onde predomina a piscicultura, apicultura e agricultura familiar, que é historicamente marcado por um modelo extremamente excludente e concentrador de riqueza e poder, a ASCOOB COCREAL conseguiu levar adiante um ousado projeto assentado tanto no fortalecimento da cadeia de financiamento, como na diversificação produtiva e agro industrialização. Isso permitiu não somente uma reinvenção do espaço agrícola como também uma nova relação do indivíduo com seu território. Com a implantação da melhoria do processo teremos alguns gastos com recursos humanos e materiais.

3.4 Aspectos Tributários do Projeto

O resultado das aplicações financeiras, em qualquer de suas modalidades, efetuadas por sociedades cooperativas, inclusive as de crédito e as que mantenham seção de crédito, não está abrangido pela não incidência de que gozam tais sociedades, ficando sujeito à retenção, bem como à regra geral que rege o imposto de renda das pessoas jurídicas. O art. 65 da Lei nº 8.981, de 1995, e o art. 35 da Lei nº 9.532, de 1997, estabelecem regras de incidência do imposto sobre o rendimento produzido por aplicação de renda fixa, auferido por qualquer beneficiário, inclusive pessoa jurídica imune ou isenta.

As sociedades cooperativas, desde que não se enquadrem nas condições de obrigatoriedade de apuração do lucro real, também poderão optar pela tributação com

base no lucro presumido. A opção por esse regime de tributação deverá ser manifestada com o pagamento da primeira ou única quota do imposto devido, correspondente ao primeiro período de apuração de cada ano- calendário, e será definitiva em relação a todo o ano-calendário.

A base de cálculo será determinada segundo a escrituração que apresente destaque das receitas tributáveis e dos correspondentes custos, despesas e encargos. Na falta de escrituração adequada, o lucro será arbitrado conforme regras aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

No cálculo do Lucro Real deverão ser adotados os seguintes procedimentos:

- a) Apuram-se as receitas das atividades das cooperativas e as receitas derivadas das operações com não-associados, separadamente;
- b) Apuram-se, também separadamente, os custos diretos e imputam-se esses custos às receitas com as quais tenham correlação;
- c) Apropriam-se os custos indiretos e as despesas e encargos comuns às duas espécies de receitas, proporcionalmente ao valor de cada uma, desde que seja impossível separar objetivamente, o que pertence a cada espécie de receita.

Vale ressaltar, que entres outros impostos, as cooperativas pagam Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre os atos não-cooperativos, e são isentas quanto aos atos cooperativos (Portal Tributário 2020).

4 ORÇAMENTO E ESTRUTURA DE CAPITAL

É importante observar qual tipo ou método de orçamento utilizar, pois ele está ligado diretamente ao modelo de gestão e à cultura orçamentária interna. Cabe aos gestores designar qual orçamento melhor se enquadrará e que melhor se adaptara a realidade organizacional. Assim, o objetivo principal é fazer com que os conceitos e modelos levem aos resultados esperados ou planejados anteriormente (PADOVEZE, 2012).

4.1 Orçamento

Atualmente é comum que os orçamentos apresentem ciclos orçamentários anuais e, portanto, às vezes um ano pode ser um período muito longo para determinados mercados ou ramos que a empresa atua (LUNKES, 2009).

Assim, Welsch (2015), caracteriza um outro tipo de orçamento, isto é, o orçamento contínuo que é normalmente usado quando pode ser feito planos orçamentários para curtos períodos e também caso seja necessário planejar de novo ou até mesmo refazer projeções devido a circunstâncias inesperadas. Outro tipo de orçamento é denominado orçamento base zero (OBZ), que é conhecido como o principal modelo de conceito de orçamento. Isso porque ele possibilita uma maior robustez no processo de planejamento e controle orçamentário, permite o dever de cada administrador justificar seu pedido de verba.

Nesse processo, todas as atividades e operações são identificadas em “pacotes de decisão”, avaliados e priorizados por ordem de importância, a partir de uma análise sistemática (PADOVEZE, 2012). Para o orçamento ter sucesso nas organizações atuais, é imprescindível a utilização de bases e métodos sólidos que possibilitem projetar e orçar um período futuro em determinado tempo.

Dentro da cooperativa o setor incumbido pela total gestão do mesmo é a Controladoria, onde ocorre o planejamento e controle de todo o processo orçamentário. Após a geração dos dados e informações, há uma avaliação da controladoria e chefias da unidade e posteriormente o envio para o setor de Planejamento e Orçamento corporativo para análise, adequação e validação (WELSCH, 2015),

Uma das dificuldades encontradas é que ao se orçar para um determinado período, tem-se que recorrer a métodos de estimativas. Para tentar diminuir essa

dificuldade, o método encontrado foi o orçamento flexível, pois o mesmo proporciona mudanças no decorrer do período orçamentário (WELSCH, 2015).

O orçamento tem grande papel na cooperativa em estudo, sendo bem organizado, executado e controlado. Praticamente, a maioria dos setores e atividades está diretamente envolvida no processo orçamentário, desde a alta administração até o nível operacional. Há uma cobrança e respeito por parte dos colaboradores diante do sistema, seja nas disponibilidades de recursos orçados ou na realização dos mesmos conforme planejado.

Sendo assim, para execução do plano de negócio, foi necessário fazer um orçamento/estimativas de custos do projeto, conforme descrita abaixo:

Custos para implementação do aprimoramento da gestão de riscos e controles internos da ASCOOB COCREAL		
Atividades	Como fazer	Orçamento/estimativas
Contratação do colaborador	Através da realização de processo seletivo	R\$ 12.540,00
Contratação do palestrante	Realizar pesquisar de mercado	R\$ 2.400,00
Cursos EAD	Incentivar os colaboradores a realizar os cursos disponíveis	R\$ 532,20
TOTAL		R\$ 15.472,20

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

4.2 Estrutura e Capital

As cooperativas de crédito têm se tornado peça fundamental na estrutura financeira de diversos países (WHEELLOCK; WILSON, 2013; MCKILLOP et al., 2002). Na Alemanha elas possuem cerca de 15 milhões de associados, representando 20% da movimentação financeira do país. Nos Estados Unidos estima-se que 25% dos americanos sejam associados a alguma cooperativa. Na Holanda, as cooperativas atendem a mais de 90% da demanda por recursos rurais (PINHEIRO, 2008).

Nesse sentido, o crescimento do setor, o cooperativismo de crédito no Brasil ainda é fomentado pelas regulamentações do Sistema Financeiro Nacional, com intuito de manter a solidez e a eficiência do segmento. Neste contexto, a alocação dos recursos é uma estratégia relevante para o crescimento e desenvolvimento das cooperativas de crédito.

A decisão de escolha entre os ativos que irão constituir sua estrutura patrimonial, ativos rentáveis com pouca liquidez e ativos com menores rentabilidade e com maior liquidez, é parte da estratégia das instituições financeiras (OREIRO, 2005). A alocação eficiente dos recursos por parte da instituição tende a garantir maiores retornos (DANTAS; DESOUZA, 2008).

A estrutura de capital das empresas refere-se à origem dos recursos utilizados ou a relação entre as dívidas de curto, médio e longo prazo e o capital próprio. Esta estrutura evidencia o esforço das firmas em gerar resultados em relação à flexibilidade do capital empregado (DANTAS; DESOUZA, 2008), ou seja, a estrutura de capital é a escolha da fonte de financiamento de maneira a otimizar as decisões de investimento (MATOS, 2001).

Com isso, podemos dizer que a estrutura de capital refere-se à composição do financiamento de curto e longo prazo, advindo do capital próprio e de terceiros, na qual os gestores tendem a escolher a melhor opção entre utilizar pequena ou grande parte do capital de terceiros (TEIXEIRA et al., 2011).

Deste modo, os autores mostraram que a política de financiamento de uma empresa não afeta seu valor de mercado. Contudo, com a inserção dos impostos e a probabilidade de falência, a alavancagem financeira resultaria em menor taxa de desconto e maior valor para a empresa. Esta vertente se sustenta até certo ponto, pois com o aumento da dívida, além de um determinado ponto, a probabilidade de falência aumenta e gera a perda de benefícios fiscais resultando em maior taxa de desconto e menor valor para a empresa (GROPPELLI; NIKBAKHT, 2000).

5 PLANO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Essa seção destina-se a compreensão da regulação do setor saúde no âmbito econômico-financeiro das operadoras privadas do sistema. Sabemos que existem outras, como a avaliação da qualidade de atenção à saúde, porém, para que não nos distanciemos do nosso objetivo geral não realizamos essa abordagem. Tratamos somente questões relacionadas aos aspectos econômico-financeiros da regulação, com enfoque no Plano de Contas Padrão.

Porém, num mercado tão assimétrico, com várias estruturas societárias - empresas mercantis, cooperativas, filantropias, seguradoras, tornou-se necessária à elaboração de um documento padrão que possibilitasse o envio dessas informações sem que houvesse uma distorção das informações e facilitasse o trabalho dos fiscais da ANS. Buscou-se assim criar um Plano de Contas Padrão, o qual foi elaborado entre agentes da agência regulatória e profissionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV) (SALLES, 2004).

Ainda segunda Salles (2004), o Plano de Contas Padrão entrou em vigor no ano 2000 através da Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) nº 38 e sofreu diversas alterações, as quais serão elencadas na próxima seção deste capítulo, e recai principalmente sobre a área contábil da OPS.

O CFC - Conselho Federal de Contabilidade (2016) orienta as cooperativas e demais empresas brasileiras que são, obrigadas a contabilizar e a divulgar seu resultado do exercício em 31 de dezembro do referido ano.

As informações exigidas respeitam o decreto de lei nº 6.404/76, o qual estabeleceu que todas as empresas devessem elaborar ao final de cada exercício social, demonstrações financeiras que mostrassem com clareza a situação do patrimônio da empresa e as mudanças advindas do exercício social (CFC, 2016).

Assim tinha-se o Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração do Resultado de Exercício (DRE), as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e as Demonstrações de Origens e Aplicações dos Recursos (DOAR), que deveriam ser acompanhados por relatórios da Administração, Notas Explicativas e pareceres do Conselho Fiscal interno, como também de Auditores Independentes, externo (CAMARGOS E BARBOSA, 2005; BRASIL, 1976).

5.1 Demonstração de Resultados

5.1.1 Análise do Orçamento, realizado e a diferença das principais contas da cooperativa no ano de 2017.

Transporte de Empregados	Orçado	Realizado	Varição Monetária	Varição Percentual
Remuneração	17.416.153,69	17.079.622,21	336.531,48	1,93%
Férias	2.171.280,70	2.183.424,62	-12.143,92	-0,56%
13º Salário	1.623.823,57	1.547.702,28	76.121,29	4,69%
INSS	2.661.168,69	2.561.487,57	99.681,12	3,75%
FGTS	1.950.821,18	1.831.462,42	119.358,76	6,12%
Mant. de Edifícios	1.427.939,00	1.610.329,53	-182.390,53	-12,77%
Mant. de Máquinas e Equipamentos	1.696.681,00	1.906.265,39	-209.584,39	-12,35%
Conservação e Limpeza	1.012.129,00	907.009,58	105.119,42	10,39%
Depreciação Fiscal	1.122.781,40	934.555,28	188.226,12	16,76%
Energia Elétrica	5.418.531,00	5.591.172,81	-172.641,81	-3,19%
Participação em Resultados	2.938.771,15	1.430.946,66	1.507.824,49	51,31%
Transporte de Empregados	1.023.212,00	969.391,27	53.820,73	5,26%
Total	40.463.292,38	38.553.369,62	1.909.922,76	4,72%

FONTE: BALANÇO ASCOOB COCREAL

5.1.1 Balanço Patrimonial

De acordo com IUDÍCIBUS (et al., 2010), o Balanço Patrimonial de uma empresa é composto por dois grupos de contas, Ativo e Passivo. No Ativo, estão representados todos os bens e direitos da empresa, e, no Passivo são demonstradas todas as suas obrigações. Esses grupos de contas se subdividem em mais grupos:

- ✓ Ativo: ativo circulante e ativo não circulante;
- ✓ Passivo: Passivo circulante, passivo não circulante e patrimônio líquido.

Ainda segundo IUDÍCIBUS (et al., 2010), na subconta ativo circulante são contabilizadas as disponibilidades e direitos que irão se concretizar no exercício social seguinte, bem como aplicações de recursos e despesas do próximo exercício. Já a subconta ativo não circulante, compõe-se pelo ativo realizável em longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

Art. 179 da Lei nº 6.404/76:

§ O ativo realizável a longo prazo é composto pelos direitos realizáveis após o término do exercício seguinte, decorrentes de vendas, adiantamentos ou empréstimos, que não constituírem negócios usuais da empresa;

§ Os investimentos compõem-se de participações em outras empresas e direitos de qualquer natureza, que não se destinem à manutenção da atividade principal;

§ O ativo imobilizado representa bens tangíveis dedicados à manutenção da rotina da empresa;

§ O intangível é formado por bens intangíveis usados na manutenção da empresa.

Cooperativa de Crédito Rural do Sertão Alagoano Ascoob Cocreal
Balço Patrimonial em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2019	2018		2019	2018
Ativo			Passivo		
Circulante	2.599	1.879	Circulante	1.146	976
Disponibilidades (Nota 6)	68	216	Depósitos (Nota 11)	861	558
Relações interfinanceiras (Nota 6)	356	93	Depósitos à vista	145	114
Operações de crédito (Nota 7)	2.182	1.623	Depósitos à prazo	716	444
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-167	-126	Relações interdependências (Nota 12)	6	0
			Cogefur e Desenvolve (Nota 13)	279	271
Outros créditos	160	73	Outras obrigações	600	147
Créditos por avais e fianças honrados	0	0	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	2	1
Rendas a receber (Nota 8)	0	0	Sociais e estatutárias	43	37
Diversos (Nota 8)	160	73	Fiscais e previdenciárias	9	11
			Provisão para causas Judiciais (Nota 15)	0	0
Outros valores e bens (Nota 9)	0	0	Diversas (Nota 14)	176	98
			Exigível a longo prazo	0	0
			Cogefur e Desenvolve (Nota 13)	370	0
Realizável a longo prazo	212	107	Patrimônio líquido (Nota 16)	1.197	1.100
Operações de crédito (Nota 7)	212	107	Capital social	713	686
Despesas antecipadas	0	0	Fundo de reserva	456	471
			Sobras (Perdas) acumuladas	28	-37
Permanente	132	90			
Investimentos (Nota 10 a)	56	45			
Intangível	0	0			
Imobilizado de Uso (Nota b)	76	45			
Total Ativo	2.943	2.076	Total do passivo e do patrimônio líquido	2.943	2.076

FONTE: BALANÇO ASCOOB COCREAL (2019)

5.1.2 Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

A DRE demonstra com clareza as receitas, despesas, ganhos e perdas, admitindo a definição objetiva do lucro ou prejuízo auferido no fim do exercício social (IUDÍCIBUS et al., 2010).

Segundo Matarazzo (2003) essa demonstração apresenta aumentos e reduções de receita e despesa como resultadas da atividade do exercício. Todas as receitas que irão resultar em aumento do ativo são computadas na DRE ocasionando elevação no seu patrimônio líquido.

Por outro lado, as despesas reduzem o patrimônio líquido por duas vias: redução do ativo ou do aumento do passivo não circulante (exigível de longo prazo). Pode-se dizer que a DRE é composta por seis subcontas:

- ✓ Pela receita bruta das vendas e serviços - sem impostos;
- ✓ Pela receita líquida das vendas e serviços - com dedução de impostos e dos custos das mercadorias e serviços;
- ✓ Lucro bruto - resultado da diferença entre receita bruta e receita líquida;

Cooperativa de Crédito Rural do Sertão Alagoano Ascoob Cocreal

Demonstração de sobras ou perdas Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	2019	2018
Receitas da intermediação financeira	684	577
Operações de crédito (Nota 7)	674	574
Depósitos intercooperativos	10	3
Despesas de intermediação financeira	-246	-167
Operações de captação no mercado (Nota 11)	-28	-23
Operações de empréstimos e repasses (Nota 13)	-49	-30
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-169	-114
Resultado bruto da intermediação financeira	438	410
Outras receitas e despesas operacionais	-382	-447
Receitas de prestação de serviços (Nota 17)	36	24
Rendas de tarifas bancárias (Nota 17)	155	102
Despesas de pessoal(Nota 18)	-349	-286
Despesas administrativas (Nota 19)	-255	-273
Despesas tributárias	-2	0
Outras receitas operacionais (Nota 20)	184	99
Outras despesas operacionais (Nota 21)	-151	-113
Resultado operacional	56	-37
Resultado não operacional	0	0
Resultado antes da tributação	56	-37
Imposto de renda e contribuição social	0	0
Provisão para imposto de renda	0	0
Provisão para contribuição social	0	0
Sobras (perdas) do exercício	56	-37

FONTE: BALANÇO ASCOOB COCREAL (2019)

Cooperativa de Crédito Rural do Sertão Alagoano Ascoob Cocreal

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais

	Capital Social	Fundo de Reserva	Sobras (perdas) acumuladas	Total
Em 1 de janeiro de 2018	629	459	18	1.106
Distribuição de Sobras / Retenção de Sobras	0	18	-18	0
Distribuição sobras pagamento	0	0	0	0
Rateio de Perdas	0	0	0	0
Integralizações de capital	84	0	0	84
Baixas de capital	-47	0	0	-47
Sobras (perdas) do exercício	0	0	-37	-37
Destinações legais e estatutárias	0	-6	0	-6
Fates	0	0	0	0
Fundos de Reserva	0	0	0	0
Juros ao capital próprio	0	0	0	0
Outras reservas estatutárias	0	-6	0	-6
Em 31 de dezembro de 2018	666	471	-37	1.100
Em 1 de janeiro de 2019	666	471	-37	1.100
Absorção de Perdas	0	-37	37	0
Distribuição sobras pagamento	0	0	0	0
Rateio de Perdas	0	0	0	0
Integralizações de capital	175	0	0	175
Baixas de capital	-128	0	0	-128
Sobras (perdas) do exercício	0	0	56	56
Destinações legais e estatutárias	0	22	-28	-6
Fates	0	0	-6	-6
Fundos de Reserva	0	22	-22	0
Juros ao capital próprio	0	0	0	0
Outras reservas estatutárias	0	0	0	0
Em 31 de dezembro de 2019	713	456	28	1.197

FONTE: BALANÇO ASCOOB COCREAL (2019)

Cooperativa de Crédito Rural do Sertão Alagoano Ascoob Cocreal

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Risco operacional

O processo de gerenciamento de riscos operacionais consiste na avaliação qualitativa dos riscos, por meio das etapas de identificação, avaliação e tratamento. A estrutura de risco operacional visa proporcionar, além da regularidade com requisitos legais, um alinhamento processual com as diretrizes de controles internos da Ascoob Central. Essa estrutura coordena e auxilia a gestão das ações de análise, identificação e avaliação de controles e processos, planejando ações corretivas e/ou preventivas para mitigar os riscos.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades da Ascoob Central com objetivo de:

- Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos que as entidades da Ascoob Central estão sujeitas;
- Planejar metas e necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos da Ascoob Central;
- Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de

mudanças nas condições de mercado;

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades da Ascoob Central.

FONTE: BALANÇO ASCOOB COCREAL (2019)

6 OBSERVAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por objetivo analisar o processo de gestão de riscos e controles internos desenvolvidos pela Cooperativa de Crédito Rural do Sertão Alagoano ASCOOB COCREAL, visando mitigar riscos ocasionados por falha humana, sistêmica ou por eventos externos, com isso espera-se que esse plano possa aperfeiçoar as ferramentas já utilizadas na gestão de risco e controles internos dentro da cooperativa.

O processo de gerenciamento de riscos operacionais consiste na avaliação qualitativa dos riscos, por meio das etapas de identificação, avaliação e tratamento. A estrutura de risco operacional visa proporcionar, além da regularidade com requisitos legais, um alinhamento processual com as diretrizes de controles internos da ASCOOB CENTRAL. Essa estrutura coordena e auxilia a gestão das ações de análise, identificação e avaliação de controles e processos, planejando ações corretivas e/ou preventivas para mitigar os riscos.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades da ASCOOB CENTRAL com objetivo de avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos que as cooperativas estão sujeitas, como também adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de mudanças nas condições de mercado. Sendo assim, é de suma importância que a cooperativa esteja atenta para possíveis eventos externos e internos que possam ocasionar perdas financeiras.

Vale ressaltar, que o aprimoramento da gestão de riscos e controles internos da ASCOOB COCREAL, trará muitos benefícios para os cooperados, como também para os colaboradores, pois proporcionará melhores condições de trabalho, melhor atendimento e eficiência nos processos operacionais. Além disso, será uma ferramenta muito importante no processo de mitigação de risco dentro da instituição, principalmente no que tange o risco operacional, pois contribuirá com a redução dos apontamentos feito pelas auditorias interna, externa e cooperativa.

7 DOCUMENTOS COMPLEMENTARES



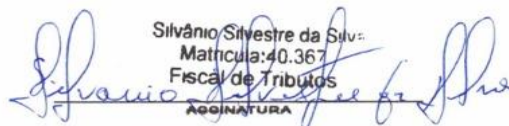
PREFEITURA MUNICIPAL DE PÃO DE AÇUCAR
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO
DIVISÃO DE RECEITAS MERCANTIS E DIVERSAS
CNPJ: 12.369.880/0001-57

ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO

Alvará Nº 25/2020		C.M.C 003445	
Nome ou Razão Social COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DO SERTÃO ALAGOANO - COCREAL			
Nome Fantasia COCREAL			
Endereço RUA ALDEMAR DE MENDONÇA Nº		Complemento	
Bairro CENTRO		Cidade Pão de Açúcar	UF AL
CPF/CNPJ 07.564.184/0001-61	Ramo Atividade COOPERATIVAS DE CRÉDITOS RURAL	Data Início das Atividades 10/08/2005	
Observação			
CNAE	Descrição CNAE	Principal	
6424704	COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL	Sim	
Data Emissão 30/01/2020		Data Validade 31/12/2020	
IMPORTANTE			
O Alvará de Licença original deverá ficar exposto no estabelecimento licenciado. Em caso de encerramento, mudança de endereço, alteração do ramo de atividade, de razão social do quadro societário, deverá solicitar tais alterações previamente a prefeitura. A aceitação deste alvará está condicionado à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço:			

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 2AA3868A

quinta-feira, 30 de janeiro de 2020


Silvano Silvestre da Silva
Matrícula: 40.367
Fiscal de Tributos
ASSINATURA

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PÃO
DE AÇÚCAR
SECRETARIA MUNICIPAL DE
FINANÇAS



INSCRIÇÃO MUNICIPAL

Número 725

Nome Fantasia: ASCOOB COCREAL

Razão Social: COOPERATIVA DE CREDITO RURAL DO SERTAO ALAGOANO ASCOOB COCREAL

CNPJ: 07.564.184/0001-61

Atividade Principal: 6424-7/04 - Cooperativas de crédito rural

Atividade(s) Secundária(s) CNAE:

Município: Pão de Açúcar **Endereço:** RUA ALDEMAR DE MENDONÇA, S/N, CENTRO

CEP: 57400000

Local e data: Pão de Açúcar, quarta, 18 de dezembro de 2019

FRANCISCO ANDRADE JUNIOR

Secretaria Municipal de Finanças

Código de Autenticidade: **APGXOKLJ**

EMITIDO ELETRONICAMENTE PELO FACILITA ALAGOAS

Esse documento deverá permanecer exposto em local visível no estabelecimento empresarial



Estado de Alagoas
Prefeitura Municipal de São José da Tapera
Secretaria Municipal de Finanças

Alvará de Licença para Localização e Funcionamento

Licença: 00000290 Emissão: 09/01/2020 Validade: 31/12/2020

Contribuinte:

CPF/CNPJ: 07564184000161	Código: 012734
Nome/Razão Social: COOPERATIVA DE CREDITO RURAL DO SERTÃO ALAGOANO - COCREAL	
Endereço: AV. DEP. ELISIO DA SILVA MAIA	Nº: 446
Bairro: CENTRO	UF/Cidade: AL/Sao Jose da Tapera

Inscrição TLF: 00001916 Inscrição Comercial: Início Atividade: 09/01/2020 Código Imóvel:

Código:

0110

Tipo de Estabelecimento:

COOPERATIVA DE CRÉDITO - porte pequeno

Contribuinte


Divison de Oliveira Pereira
Chefe do setor de
Arrecadação e Fiscalização
Responsável

Chave de Validação 44dpZP0TuumllrH9SNsoYB263



TV. Elísio da Silva Maia, 209, Centro - São José da Tapera/AL | CEP: 57445-000 | Tel: (82)3652-1000



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Deorf/GTREC-2005/06154
Pl. 0401239184

Recife(PE), 01 de julho de 2005.

À
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DO SERTÃO ALAGOANO - COCREAL
Rua Expedicionário Luiz Fernandes de Melo, s/nº
47400-000 – Pão de Açúcar - AL

Prezados Senhores:

Comunicamos que o Banco Central do Brasil, por despacho do Sr. Gerente Técnico do Deorf/GTREC, de 22.6.2005, publicado no Diário Oficial da União de 24.6.2005, concedeu autorização para o funcionamento dessa sociedade, com as características abaixo, e homologou os nomes dos eleitos para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal, consoante Assembléia Geral de Constituição de 2.2.2004.

Denominação: Cooperativa de Crédito Rural do Sertão Alagoano - Cocreal

Sigla: COCREAL

Sede: Pão de Açúcar - AL

Órgãos estatutários:

Conselho de Administração, com mandato até a Assembléia Geral Ordinária de 2007:

NOME	CARGO	CPF
WASHINGTON LUIZ LIRA RODRIGUES	Presidente	172.601.163-15
ANTÔNIO TAVARES DOS SANTOS	Vice-Presidente	648.246.084-49
JOSÉ SANDRO PEREIRA DA COSTA	Secretário	041.270.984-81
JOSÉ OSCAR BOMFIM DOS SANTOS	Conselheiro	073.816.114-49
ALEXANDRE PEREIRA DA SILVA	Conselheiro	447.610.904-72
JOSÉ VIEIRA SANTOS	Conselheiro	995.326.978-53

Conselho Fiscal, com mandato até a Assembléia Geral Ordinária de 2006:

NOME	CARGO	CPF
MANOEL NEUTON PINTO	Conselheiro Efetivo	007.047.238-67
JOSÉ ORLANDO DOS SANTOS	Conselheiro Efetivo	029.446.794-73
ADAUTO LIRA LISBOA	Conselheiro Efetivo	208.309.634-72
CARLOS ANDRÉ SILVA ALVES	Conselheiro Suplente	024.509.434-20
JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA	Conselheiro Suplente	376.165.364-68
CÍCERO ALVES DE CARVALHO	Conselheiro Suplente	092.253.744-53



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Deorf/GTREC-2005/06154
Pt. 0401239184

Recife(PE), 01 de julho de 2005.

2. Para que possamos devolver a quantia recolhida a este Banco Central, solicitamos que nos informem o banco, agência e número da conta dessa Cooperativa ou nos enviem carta autorizando a emissão de cheque nominal à Cooperativa e o nome de quem irá retirá-lo na Gerência Administrativa deste Banco Central em Recife.

3. Anexamos a documentação autenticada para fins de arquivamento no Registro do Comércio, devendo essa Cooperativa incluir no Unicad - Sistema de Informações sobre Entidades de Interesse do Banco Central o número de sua inscrição no CNPJ e a data do início das atividades, observando os prazos estabelecidos no parágrafo 7º, do artigo 18, da Lei 5.764, de 16.12.1971.

4. Devem também ser inseridos no Unicad:

a) o nome dos diretores responsáveis por áreas de atuação, conforme informado em sua correspondência de 28.07.2004;

b) as informações relativas às datas de posse, renúncia ou desligamento, bem como de afastamentos superiores a 15 (quinze) dias, de quaisquer dos eleitos ou nomeados para cargos estatutários dessa Cooperativa;

c) nome do auditor independente contratado, nos termos do artigo 27 do Regulamento Anexo à Resolução 3106/2003;

5. Solicitamos atentar para:

a) o prazo de 15(quinze) dias para a remessa a este Banco Central dos documentos relativos a atos de eleição de membros de órgãos estatutários, conforme previsto no art. 33 da Lei 4.595/64;

b) a obrigatoriedade de registro de informações no Unicad, quando da instrução de processos junto a este Banco Central, em conformidade com o artigo 3º, item I, da Circular 3.180/2003.

c) a obrigatoriedade de cadastramento dessa Instituição no Sisbacen (Sistema de Informações do Banco Central), nos termos dos Comunicados nº 10.434, de 25.11.2002, e nº 10.462, de 28.11.2002; para tanto, formalizar convênio com a Gerência Administrativa do Banco Central do Brasil em Recife, para credenciamento, acesso e utilização, nos termos do Regulamento do Sisbacen, disponível no *site* bcb.gov.br – SISBACEN – Informática;

d) a obrigatoriedade de elaboração e remessa ao Banco Central das demonstrações financeiras, bem como a sua publicação, observadas as disposições do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – Cosif 1.22 e 1.23, a partir da data da publicação da autorização para seu funcionamento no Diário Oficial, conforme estabelecido pela Circular 2.039, de 13.09.1991;



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Defin/GTREC-2005/06154
Pt. 0401239184

Recife(PE), 01 de julho de 2005.

e) a obrigatoriedade de remessa de informações referentes à Central de Risco de Crédito (documento CADOC 3010 – Devedores do SFN), a partir da data da entrada em funcionamento, conforme estabelecido pela Circular 2.977/00, alterada pela Circular 2.999/00; em caso de dúvidas, ligar para o Defini/GTREC pelo telefone: (81) 21254237;

f) a obrigatoriedade de remessa adicional de informações no âmbito da Central de Risco de Crédito (documentos CADOC 3020 – Dados Individualizados, 3026 – Dados Individualizados Complementares e 3030 – Dados Agregados de Risco de Crédito), a partir do mês em que o valor da carteira de créditos superar R\$ 2.000.000,00, conforme estabelecido pela Circular 3.098/2002, com as alterações introduzidas pelas Circulares 3.166/2002 e 3.214/2003; em caso de dúvidas, ligar para o Defini/GTREC pelo telefone: (81) 21254237;

6. Informamos que o código a ser utilizado, provisoriamente, na entrega dos documentos previstos no Cosif - Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional e do documento 3010, enquanto não for obtido o CNPJ junto à Secretaria da Receita Federal, é o seguinte: 99.940.066/0001-29.

7. Para o atendimento à Resolução 2.878/2001, deverá a cooperativa encaminhar, previamente ao início de suas atividades, declaração de que suas instalações físicas atendem integralmente aos requisitos de acessibilidade, conforme disposto no § 3º do art. 5º do Decreto 5.296/2004.

8. Por oportuno, e considerando os critérios qualitativos que suportam as autorizações da espécie, ressaltamos a importância do Plano de Negócio como instrumento gerencial de alta valia para a definição das ações da sociedade em busca de seus objetivos e que, nessas circunstâncias, a sua visibilização está diretamente associada ao grau de responsabilidade e compromisso que todos tenham para com a execução das diretrizes estabelecidas, inclusive no que concerne ao regular acompanhamento para efeito de eventuais ajustes e/ou correções.

9. Como produto das análises efetuadas e sem prejuízo do regular controle dos demais pontos do Plano de Negócios, alertamos para a necessidade de cuidados especiais em relação ao volume dos depósitos de seus associados, variável com grande influência nos resultados da cooperativa.

Atenciosamente,

DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
GERÊNCIA TÉCNICA EM RECIFE

6.655.100-5 - Manoel Camilo Brollo
COORDENADOR

3.211.885-7 - Fernando Antonio de Paiva Regis
COORDENADOR

8 REFERÊNCIAS

ALVES, S. D. da S.; SOARES, M. M. O Banco Central e o cooperativismo de crédito. In: O COOPERATIVISMO de crédito no Brasil: do século XX ao século XXI. Santo André: Editora Confedbras, 2004. p. 213-224.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório de inclusão financeira*. Brasília, 2011.

BRASIL. Lei nº 5. 764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional do Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: . Acesso em: 29 jun. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da república federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Saraiva, 1990.

BIALOSKORKI NETO, S. Ensaio em cooperativismo. Ribeirão Preto: FUNDACE, 2005.

_____. Aspectos econômicos das cooperativas. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

CHAVES, S. S. O cooperativismo de crédito no Brasil: evolução e perspectivas. In: DESAFIOS do Sistema Financeiro Nacional: o que falta para colher os benefícios da estabilidade conquistada. Rio De Janeiro: Elsevier-Campus, 2011. p. 69-97.

COOP. **Portal do cooperativismo de crédito**. Congresso Centenário da ACI. Manchester. Inglaterra, set. 1995. Disponível em: <http://www.cooperativismodecredito.coop.br>. Acesso em: 30 jun. 2020.

IUDÍCIBUS, S. de et al. (2010). Manual de Contabilidade Societária. São Paulo, Editora Atlas.

MATARAZZO, D. C. (2003). Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial. 6. Ed. São Paulo: Atlas.

MIRANDA, I. T. P. et al. (2005). Os princípios do cooperativismo e as cooperativas de crédito no Brasil. Maringá Management: Revista de Ciências Empresariais, v. 2, n. 1, p. 7- 19, jan. / jun.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS – OCB (2017a). Cooperativismo: O que é cooperativismo. Disponível em: . 29 jun. 2020.

PADOVEZE, C. L. Contabilidade gerencial: um enfoque em sistemas de informação contábil. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PADOVEZE, C. L. Orçamento empresarial. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

PADOVEZE, C. L.; TARANTO, F. C. Orçamento empresarial: novos conceitos e técnicas. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

PINHEIRO, M.A.H. Cooperativas de Crédito: história da evolução normativa no Brasil. 5 ed. Brasília: BCB, 2007. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/cooperativas_credito_2007.pdf. Acesso em: 29 jun. 2020.

RODRIGUES, R. Importância das cooperativas de crédito. In: O COOPERATIVISMO de crédito no Brasil: do século XX ao século XXI. Santo André: Editora Confabras, 2004. p. 79-85.

VALOR TRIBUTÁRIO, 2017. Tributos: Pis/ Cofins. Disponível em: < <https://www.valortributario.com.br/tributos/pisconfins/>>. Acesso em: 29 jun. 2020

COOPERATIVA DE CREDITO RURAL DO SERTAO ALAGOANO ASCOOB COCREAL. Disponível em: <http://www.sistemaascoob.com.br/cooperativa/11/cooperativa-de-credito-rural-do-sertao-alagoano-ascoob-cocreal>. Acessado em 26/04/2020.

Livro gestão de risco e compliance. Disponível em: [file:///E:/PÓS%20MBA%20EM%20ESTRATEGIAS%20COOPERATIVAS/GESTÃO%20DE%20RISCO%20E%20COMPLIANCE/\[Livro\]%20Gestao%20de%20Risco%20e%20Compliance%20-%20capitulo%201.pdf](file:///E:/PÓS%20MBA%20EM%20ESTRATEGIAS%20COOPERATIVAS/GESTÃO%20DE%20RISCO%20E%20COMPLIANCE/[Livro]%20Gestao%20de%20Risco%20e%20Compliance%20-%20capitulo%201.pdf)

Referencial básico de GESTÃO DE RISCOS. Disponível em https://portal.tcu.gov.br/data/files/21/96/61/6E/05A1F6107AD96FE6F18818A8/Referencial_basico_gestao_riscos.pdf. Acessado dia 10/06/2020.

Estatuto Social Cooperativa de Credito Rural do Sertão Alagoano ASCOOB COCREAL-ASCOOB COCREAL, NIRE: 27400017400. Capítulo I. da Denominação, da Sede, do Foro, do Prazo de duração, da Área de ação e do exercício Social. Pão de Açúcar-Alagoas, 27 de abril de 2019.

Carga Tributária das Cooperativas. Disponível em <http://www.portaltributario.com.br/artigos/cooperativas.htm#:~:text=CARGA%20TRIBUT%C3%81RIA%20DAS%20COOPERATIVAS&text=As%20cooperativas%20pagam%20Imposto%20de,isentas%20quanto%20aos%20atos%20cooperativos>. Acessado em 10/06/2020.